

HISTÓRIA AMBIENTAL E SEUS PÚBLICOS

Mapeando a historiografia ambiental brasileira recente

ENVIRONMENTAL HISTORY AND ITS AUDIENCES

Mapping recent brazilian environmental historiography

JONAS LIMA DE SOUSA¹

RESUMO

As mudanças historiográficas experimentadas a partir da segunda metade do século XX, potencializadas pela pressão exercida por grupos sociais não dominantes demandantes por representação, operaram contínuas revisões na articulação da ciência histórica. Resultados dessas transformações, a História Ambiental e História Pública, institucionalizadas nos Estados Unidos na década de 1970, parecem ter suas analogias em curso no cenário brasileiro. O presente artigo propõe-se a oferecer um panorama a respeito da intersecção entre os dois campos, por meio do mapeamento da historiografia ambiental brasileira recente, lançando o olhar sobre as fontes utilizadas pelos historiadores brasileiros. Busca-se, com isso, investigar a existência de uma possível sobreposição da História Oral em relação às potencialidades que são caras à História Pública. A análise resulta em uma possível postura de negociação dos historiadores ambientais que talvez involuntariamente se encastem e não compartilhem do mesmo chão comum com os grupos que eles analisam; além de oferecer perspectivas para a continuidade da construção coletiva da historiografia ambiental brasileira, versando sobre a ampliação dos debates da História Ambiental nos meios digitais e sobre novas perspectivas analíticas na esfera cultural.

Palavras-chave: História Ambiental. História Pública. Historiografia Brasileira.

ABSTRACT

The historiographical changes experienced since the second half of the 20th century, potentiated by the pressure exerted by non-dominant social groups demanding representation, have led to continuous revisions in the articulation of historical science. As a result of these transformations, Environmental History and Public History, institutionalized in the United States in the 1970's, seem to have their analogies in progress in the Brazilian scenario. This article aims to provide an overview of the intersection between the two fields, through mapping recent Brazilian environmental historiography, focusing on the sources used by

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na modalidade Bacharelado, email do autor: jonas.sousa.703@ufrn.edu.br

Brazilian historians. The goal is to investigate the possible overlap of Oral History regarding the potentialities important to Public History. The analysis results in a potential negotiating stance of environmental historians that may inadvertently isolate themselves not sharing the same common ground with the groups they analyze. Additionally, it offers perspectives for the continuity of the collective construction of Brazilian environmental historiography, addressing the expansion of Environmental History debates in digital media and new analytical perspectives in the cultural sphere.

Keywords: Environmental History. Public History. Brazilian Historiography.

INTRODUÇÃO

A História Ambiental, reconhecida no seio acadêmico desde meados dos anos de 1970, surge de aspirações de ambientalistas, reformas culturais e conferências globais de crise realizadas depois da Segunda Guerra Mundial, que impulsionara o debate (Mahl, 2021, p. 106; Worster, 1991, p. 199). Trata-se da resposta a uma crescente demanda social impulsionada pela crítica ao capitalismo, especialmente como as suas consequências incidem sobre a natureza. Já em 1991, no Brasil, José Augusto Drummond (1991), em *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*, sinalizava aos historiadores ambientais brasileiros modelos analíticos com diferentes objetos e recortes, instruindo-os à utilização de amplas fontes historiográficas, dentre essas, a oral.

Apesar de inicialmente arquivística (Shopes, 2016, p. 75), a História Oral, institucionalizada a partir dos anos 1960/1970, permitiu a visibilização de grupos antes ignorados pela história tradicional. Para Linda Shopes (2016, p. 76-77), é por meio da História Social – que nos anos 1970 e 1980 dominava a ciência histórica com sua abordagem a grupos subjugados e suas relações com o poder estruturado – que a História Pública absorveu a História Oral como ferramenta na ampliação dos horizontes, reformulando a historiografia e os espaços de memória, inserindo novos conhecimentos e aprofundando as bases de pesquisa, fatores potencializados pela pressão exercida por grupos sociais não dominantes, carentes de representação material e documental. Por vezes a História Oral e Pública se sobrepuseram durante suas trajetórias, turvando suas fronteiras de atuação (Sevilha, 2023, p. 324).

Institucionalizada por volta de 1970, a História Pública condensa, dentre várias definições, um desejo de transpor as barreiras que inviabilizam a democratização da história, bem como o transpasse das fronteiras acadêmicas. Atuando na ampliação e na asseguarção da difusão da historicidade de maneira responsável e integradora, utilizando diferentes mídias para a transmissão do conhecimento histórico e ocupando postos de trabalho para além do ensino e da pesquisa (Almeida & Rovai, 2013).

Esses reajustes político-sociais, não só na História, experimentados no decorrer da segunda metade do século XX explicariam a integração entre os dois campos (Ambiental e Pública). Todavia, como o desenvolvimento sistemático dessas áreas parece ainda em curso no Brasil, analisar esse processo se apresenta como a força motriz da presente pesquisa.

Ambicionamos neste artigo investigar a oralidade, ainda timidamente usada como *ferramenta* para a escrita de uma História Ambiental Pública, contrapondo-se a uma escrita descritiva socioantropológica ou reduzida à mera autenticação documental. Cabe-nos examinar a História Oral não em prática positivista, e sim como artifício usado para permitir e potencializar a inserção do público na História Ambiental, especialmente o diálogo entre historiadores e a comunidade em temas mais contemporâneos, aumentando o alcance e o debate na historiografia ambiental brasileira compartilhando a vez com esses sujeitos históricos. A História Oral sintonizada com a História Pública permite romper com a divisão hierarquizada entrevistador/entrevistado. Por meio da disponibilização das entrevistas e da asseguarção ou problematização da narrativa do entrevistado, o que se pode obter dessa aliança são aspectos da memória coletiva que partem das inquietações do presente (Almeida, 2018, p. 108). O mapeamento dessas interações, se mostrou, em sua maioria, tímido na promoção de uma História Pública Ambiental feita *pelo* e *para* o público. Fabíula Sevilha acredita que isso se deve a uma sobreposição que toma a História Oral ao perpassar problemáticas igualmente caras à História Pública, empalidecendo a última (Sevilha, 2023 p. 324).

Abertos os veios que possibilitam essa análise, operaremos na intersecção entre História Ambiental e História Pública, examinando como estas vêm sendo relacionadas na historiografia ambiental brasileira recente, a fim de

horizontalizar o desenvolvimento intelectual e a participação social como enseja a atual História Pública brasileira. Com isso, vislumbra-se um desenvolvimento educativo, sustentável, participativo, inclusivo, equalitário e justo, e que não desconsidere as especificidades culturais e econômicas, bem como as políticas públicas de cada sociedade.

1. DO MAPEAMENTO

As fontes selecionadas para comporem à análise tiveram como ponto de partida o recente levantamento bibliográfico sobre a História Ambiental Brasileira, realizado por José Augusto Pádua e Alessandra Izabel de Carvalho, *A construção de um país tropical: uma apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil* (2020). Este, – separado em coletâneas e livros autorais, contabilizando 30 e 55 respectivamente divididos em seis eixos-temáticos – nos oferece a corrente perspectiva do campo historiográfico ambiental brasileiro, entretanto, não existe qualquer menção à potencialidade da relação conjunta entre a História Pública e a História Ambiental.

Para melhor inteligibilidade do cenário brasileiro na possível conjunção da História Ambiental com a História Pública, optamos por examinar deste compêndio apenas os livros concebidos por autores brasileiros e que têm em seus recortes territoriais o Brasil. Todavia, devido a amplitude da compilação de Pádua & Carvalho, tornou-se necessária a seleção de alguns livros a serem analisados mais minuciosamente, levando em consideração a qualidade e quantidade do material a que tivemos acesso – seja por meios digitais, seja por livros físicos encontrados em bibliotecas públicas –, bem como a aplicação em nossa pesquisa. Por esses fatores, direcionamos nossos esforços às temáticas como sociodiversidade e territórios, que englobam problemáticas fundamentais à História Pública, como a posse da palavra², a autoridade compartilhada³, a

² A posse da palavra, segundo Michel de Certeau, passa pela concepção da palavra como um lugar simbólico dado pela distância entre as representações e os representados. Os representados tomam a palavra para indicar a sua ausência representativa nas produções. A posse da palavra se configura como um trabalho, uma ação simbólica, diferente do domínio do poder. Ver: DE CERTEAU, Michel. *La toma de la palabra y otros escritos políticos*. Universidad Iberoamericana, 1995, 36-37.

³ Sugerida por Michael Frisch em *A shared authority: essays on the craft and meaning of oral history public* (1990), a autoridade compartilhada aparece como uma propriedade natural da

percepção do passado e seus usos no presente, narrativas históricas, etc. O debate em torno desses tópicos implica a necessidade de diálogo entre pesquisador (a) e comunidade assegurando nas produções historiográficas a narrativa, as interpretações e as temporalidades dos vários sujeitos da história, mas que também, como aponta Marta Rovai (2020, p. 138), pode-se voltar ao embate por políticas públicas. Também abarcamos brevemente algumas obras que expõem a potencialidade da integração entre os campos, apesar de não se submeterem a tal objetivo.

Deixamos claro que as obras que se encontram fora do recorte também podem incluir problemáticas socioambientais que carecem de entendimento e análise sobre a participação pública na medida em que afetam as relações humanas e não humanas.

Dos 55 livros listados no levantamento de Pádua e Carvalho, acessamos apenas 22 sem gozar de plenitude material em alguns desses. A drástica redução não só representa uma dificuldade de pesquisa, mas também à difusão deficiente da História Ambiental nos meios digitais de maneira gratuita.

Deste montante, fichamos as obras concernentes às relações entre História Ambiental e História Pública observando as fontes utilizadas pelos autores que vão desde relatórios, mapas, documentos institucionais inquéritos policiais à jornais, processos, paisagens, cartas, notícias, entrevistas, etc.

2. APROFUNDANDO A DISCUSSÃO

Levando em consideração a compilação dos livros, é dedutível a variedade nos modelos de pesquisa, objetos, territórios e nas narrativas abalizadas. Optamos por tomar como referência inicial aqueles estudos de História Ambiental que usam a História Oral como alicerce e que, talvez

História Pública e Oral, e diz respeito à construção compartilhada do produto historiográfico, cabendo ao historiador respeitar e considerar essa qualidade inata, não se colocando como intérprete único do passado. Ver: FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única: ou de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org..). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Letra e Voz, 2016, p. 62.

inconscientemente, possuem potencialidades na produção pública da história. Em *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central* (2017), Sandro Dutra e Silva analisa e expõe acessivelmente a ocupação na região de floresta tropical conhecida por Mato Grosso de Goiás, entre 1930 e 1950. O avanço para o Oeste é visto sobre diferentes perspectivas, desde a mentalidade moldada ao longo dos séculos XIX e XX pelos discursos políticos desenvolvimentistas que retratavam a região como sendo um novo eldorado, uma terra de provisão; até os arranjos políticos e socioeconômicos que propiciaram o estabelecimento e avanço de uma fronteira agrícola na localidade. É uma análise profunda, e que abrange principalmente as duas últimas camadas de enfrentamento à História Ambiental propostas por Donald Worster⁴.

Dutra aplica a História Oral quando evoca a memória dos pioneiros da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), composta por pessoas que se deslocaram para o sertão goiano induzidas por um discurso que heroizava o pioneirismo à semelhança da figura do bandeirante e/ou que buscavam melhores condições de vida. A oralidade empregada no livro atesta a modulação das mentalidades que dicotomizavam o mundo natural e o mundo social em prol de um desenvolvimento humano, um imaginário criado pelos discursos estadonovistas e neobandeirantistas que circundavam as noções humanas sobre a natureza.

Dutra dá atenção ao estudo das distinções urbanas entre Ceres e Rialma, e à simbologia pioneira empregada no Brasil Central, ambas criadas por discursos políticos e imprensa (Silva, 2017, p. 151), o autor, com o recurso de entrevistas, evidencia a existência e sobrevivência de pensamentos estigmatizados dos pioneiros da CANG em relação à comunidade da cidade de Rialma, local de entretenimento e comércio, conhecido à época por Barranca. Na Barranca, parte das populações excedentes da Colônia Agrícola se estabeleceram pela burocracia na aquisição de lotes e pela constante migração

⁴ A primeira camada aborda o funcionamento e organização do mundo natural em si mesmo. A segunda aborda os usos econômicos dados ao ambiente, enfocando as ferramentas utilizadas, e como estes alteram às relações sociais, também observando como as diferentes sociedades se organizam na exploração do meio natural pretendendo a produção de bens. A terceira camada está ligada ao estudo das mentalidades, simbologias dadas à natureza, valores e mitos. Ver: WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. p. 1991, p. 202.

impulsionada pelas promessas políticas (Castilho, p. 121, 2012), os depoimentos exemplificam bem a mentalidade volátil que se desenhara em relação à Barranca, um lugar de desordem, marginalizado, mas um espaço de socialização e lazer necessário à população da Colônia Agrícola. No depoimento do professor Walter Marques Dourado:

Aos domingos a gente saía para fazer visitas e ir a Rialma, chupar picolé, que aqui não tinha. A gente ia pra lá, aquela multidão de gente. Então, havia as moças e os rapazes e se encontravam lá no domingo. Era muita gente naquela Avenida Federal. [...] Era animado, era, não era ruim não (Silva, 2017, p. 144).

A estigmatização entre a Colônia Agrícola e a Barranca era, para Dutra, resultado de uma luta por uma identidade, onde as distinções criadas acirram a demarcação territorial e cultural, baseando-se na desvinculação do outro. Vê-se a dicotomização resistir ao tempo quando o aluguel da região ribeirinha de Rialma é inferior se comparado aos demais locais da cidade, parte pelo estigma da região como lugar de meretrício e violência fronteiriça. Também se observa que essas noções, à época, teriam sido generalizadas para todo território de Barranca, contudo, a necessidade de uma existência social deslocava os moradores de Ceres à Rialma, suavizando essa distinção maniqueísta, como vemos no depoimento da enfermeira Floripes Souza Ortega:

Não, lá tinha organização não. Lá era barranca mesmo, organização era aqui. [...] era bem organizado, não existia nada de “contrário”. [...] Não tinha lazer, não tinha clube, não tinha cinema. [...] Tinha um ônibus, um circular velho que vinha de Rialma por aqui e a gente ia passear nesse ônibus e voltava. [...] Eu tenho muita saudade, muita saudade daquele tempo (Silva, 2017, p. 144).

Os depoimentos coletados por Dutra não só existem como uma complementação da bibliografia, mas também exploram a sobrevivência da memória, o sentimento individual em relação aos discursos desenvolvimentistas de fomentação ao bandeirantismo e pioneirismo na marcha ao oeste brasileiro, à missão civilizadora aos sertões e à luta contra a natureza arraigados no imaginário dos ceresinos e rialmenses, por meio da criação de mitos públicos como Bernardo Sayão (Silva, 2017, p. 171).

Esmiuçar as simbologias dos viventes da CANG, sua sociodiversidade, as interpretações sobre a natureza, sobre a marcha e estabelecimento, enfim, sobre as relações humanas no meio, com o auxílio da História Oral, é ver surgir as noções do sujeito social em seu passado narrado; nas palavras de Certeau (2016, p 36-37): “Se concluíssemos que isso é insignificante, seria perder o

sentido, substituir por um mecanismo um sistema de relações e supor [...] que uma sociedade pode funcionar sem o homem”. É a tomada da palavra, a qual se converte em um lugar simbólico de vivência e participação na sua própria história.

Dutra não cultiva os entrevistados como sendo passivos perante a influência dos discursos e das propagandas que prometiam a terra e o céu. Se põe num exercício do presentismo histórico, cuja metodologia, nas palavras de Marieta de Moraes Ferreira:

[...] explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamado atenção para os usos políticos do passado (Ferreira, 2000, p. 118 *apud* Arruda & Colácios, 2019, p. 81).

Trata-se, portanto, de um esforço compartilhado e de múltiplas interpretações, intrínseco à História Pública e Oral, tal qual sugerido por Frisch, ao explicar a autoridade compartilhada (Frisch, 2016). Sandro Dutra e Silva desencastela-se⁵, por tais méritos, o tomamos como referência para o que se pode chamar de História Pública Ambiental.

O segundo livro analisado foi: *A história da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador* (1994), de Paulo Bertran. Nele, o autor faz uma análise de longa duração minuciosa e descritiva da formação do território balizado num trabalho interdisciplinar com vertente geológica e biológica acentuada, carregada também de antropologia. Notoriamente, o autor propõe uma história daquela região, a qual contempla ampla sociodiversidade e biodiversidade, provando isso com estudos de toponímia e migrações indígenas empregados por ele. Estes que além de visibilizar a dimensão das múltiplas e complexas comunidades indígenas, desfaz com uma visão historiográfica equivocada, a região em suas palavras era “Uma verdadeira Babilônia de gentes e conflitos potenciais, vindos desde as mais remotas origens do homem nas Américas, a contrapor-se a um tipo de história

⁵ Sugere uma democratização da história por meio de um desencastelamento do historiador(a), que deixa seu lugar de produção e ensino e se põe em diálogo com o público, comprometendo-se com “a defesa da ciência histórica nos mais diferentes espaços”. Ver: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. *In*: REIS, Tiago Siqueira. *et al. Coleção história do tempo presente: Volume II*. Roraima, UFRR, 2020. p. 131-153.

do Distrito Federal que só parece iniciar-se com Brasília” (Bertran, 1994, p. 26).

O livro apresenta uma qualidade descritiva meticulosa, aludindo às temáticas citadas com fotos, desenhos e pinturas rupestres. Ele descreve os conflitos indígenas, traçando seus comportamentos, suas guerras e hábitos, também faz o mesmo com os colonos que se estabeleceram na região. Apesar de toda precisa métrica, anseia o leitor por detalhes intrigantes que poderiam ser saciados pelo estudo da sobrevivência da memória, de hábitos ainda que alterados pelo tempo e pelas estruturas sociais.

O distanciamento entre o autor e os atores humanos do recorte temporal, que vai desde a presença humana na localidade (há 12 mil anos) até o início do séc. XIX, impossibilita o uso da História Oral (Alberti, 1989, p. 4 *apud* Matos & Senna, 2011, p. 96), contudo, a tradição oral empregada por citados como Joseph de Mello, o qual teria entrevistado octogenários e confrontado esses depoimentos com documentos (Bertran, 1994, p. 108), constituiu importante arcabouço para Bertran e sua pesquisa da origem de cidades planaltinas.

Entretanto, pela conjuntura e documentação das sociedades anteriores, obviamente a análise de alguns grupos sociais (mulheres, negros e indígenas) é profundamente minada, possuindo uma implicação: a documentação institucional utilizada pelos historiadores basilares de Bertran para cotejar a oralidade da época afinou a análise à perspectiva dos detentores do “papel e da caneta”. Por isso, fazem-se necessários, hoje, mecanismos que cristalizem a memória para que ela deixe de ser refém do documento, e que permitam a prática histórica democrática amanhã. A criação de laboratórios orais constitui o principal ânimo dessa indispensável demanda.

Da mesma maneira que Bertran (1994), só que em linguagem mais acessível, utilizando os relatos orais que coletou e que foram arquivados pelo Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), Marcos Gerhardt propôs uma *História ambiental da Colônia Ijuhy* (2009). Gerhardt contempla a temporalidade que vai de 1850 até 1930, começando a sua análise desde antes da chegada dos colonos. A região já era parcialmente habitada, caboclos e nativos haviam enveredado pelas matas traçando caminhos antes dos colonos, onde o ápice da colonização data de 1890 e 1920.

Como Sandro Dutra e Silva (2017), Gerhardt estuda as distinções, dessa

vez, sob o prisma das contraposições entre o mundo humano e natural. Na colônia, essa relação era dada em vista acentuadamente antropocêntrica, ora a natureza era vista oposta aos humanos um estorvo selvagem, temido e respeitado – onde se estabelecer significa substituir o “mato” por áreas agricultáveis e selecionando os “animais úteis” afastando os “nocivos” – ora vista como fornecedora de recursos, sendo o principal “recurso” a madeira extraída.

A fronteira entre natural e humano era definida no cenário pela qualidade do solo, presença de animais e tipo de vegetação, constituindo os limites da expansão colonial. Gerhardt também analisa as relações humanas dificultada ou facilitada pelos rios de Ijuí, o transporte complicava-se, fazendo necessário mecanismos que permitissem transpassar os rios, mas também existiam benesses seja na navegação, seja explorando-os como força mecânica, estabelecendo moinhos e usinas que constituíram base para o desenvolvimento do município.

Apesar da linguagem extremamente acessível e de utilizar os relatos orais, não é possível assimilar um empenho de prática pública de história. Nota-se a presença substancial de jornais, relatórios e correspondências. Não se sabe as condições dos relatos, talvez não fosse possível o contato oral com os “pioneiros” por meio das gravações do MADP. Mas percebe-se a potencialidade presente nas narrativas orais de estabelecimento e desenvolvimento da colônia que convidam à memória dos descendentes surgidos de Ijuí, de fundação recente no tempo histórico.

Houve uma grande seca. Nós tínhamos três poços naqueles terrenos ali no Zeifer, porque a quadra inteira é nossa, até lá embaixo na outra rua; então carregava-se água nas costas a duzentos metros por causa da seca e o pai contratou um poceiro e este poceiro começou a escavar e quando ele chegou na laje, pronto, então broca, [não] havia broca (Gerhardt, 2009, p. 90).

Como apontado por Ulpiano Meneses (1992, p.22), a memória entrega linhas de direção, de compreensão do novo, de modelos para categorização, e que tendo seus estudos associados às *representações sociais* obteria sucesso. A afirmação de Meneses pode ser vista na História Ambiental à medida que os historiadores ambientais se alinham com a História Pública em suas produções, ainda que não conscientemente; a função social da História Ambiental impele às atividades de conscientização pública. Apesar dos historiadores ambientais, a nossa vista, ainda estarem negociando a autoridade e não compartilhando-a,

observa-se aqui uma crescente abertura que tende à maior participação do público pela fonte oral. Indo de Bertran (1994), passando por Gerhardt (2009), até chegar em Dutra e Silva (2017), constata-se uma construção que tende ao avanço conjunto dos campos e que têm muito a ganhar com os acrescentamentos das discussões históricas recentes.

Ana Maria Mauad propôs uma “atitude historiadora”, baseando-se no alinhamento entre o exercício historiador e o exercício social em prol de um desenvolvimento intersubjetivo, “reconhecido e adotado pelos sujeitos históricos”, isso convoca um posicionamento do(a) profissional da história diante das variadas interpretações e usos do passado pelos diferentes sujeitos detentores da palavra e partilhantes da autoridade (Maud, 2018, p. 39). Nesse sentido, a História Oral aparece como ferramenta para essa prática. Ainda em Mauad, é essa (im)postura (da prática da História Oral) que reestruturou as relações de autoridade nos campos do saber, operando questionamentos às tradições “de dar a voz e conceder a palavra” colocando o pesquisador diante do sujeito, o possuidor da palavra, trazendo implicações que mais tarde formulariam a ideia de autoridade compartilhada (Mauad, 2018, p.39).

A atitude historiadora deve se tornar prática comum na História Ambiental (e não só nela), pois as políticas de preservação, exploração, modificação do espaço em geral passam pelo acato de diferentes sujeitos, e quão maior os impactos socioambientais, maior a heterogeneidade dessas comunidades atingidas. Partindo de discussões teóricas, Fabíula Sevilha (2023) sugeriu que a intersecção dos campos poderia ser dada se observássemos a História ambiental como “modo de pensamento”, a Pública como “meio de ação compartilhada” e a Oral “como ferramenta”. As sistematizações de Mauad e Sevilha entregam caminhos para o historiador discorrer em torno desses discursos potencialmente divergentes, incluindo o pensamento histórico e ambiental de maneira a garantir a historicidade e propor um desenvolvimento da sustentabilidade a todos.

Entretanto, analisamos até aqui os aspectos da construção de uma suposta integração do público via História Oral na História Ambiental, mas existem outras maneiras de se fazer História Ambiental Pública. A difusão da historicidade e a consequente conscientização ambiental junto aos apontamentos institucionais

vislumbrando uma sistematização sustentável fundamentam esse tipo de abordagem. José Augusto Drummond na apresentação de seu livro *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro* (1997), direciona seus ânimos na desmistificação do estado do Rio de Janeiro como detentor de uma natureza intocada, conscientizando o leitor sobre o desmatamento das florestas tropicais, permitindo com isso uma ampliação dos debates ecológicos:

Com a Parte I deste texto quis recuperar para a nossa enganosa “memória ambiental” fluminense os fatos incômodos da devastação de nossas florestas, [...] e formas de vida a elas associadas. [...] é fundamental que se tenha menos ilusões sobre o que fizemos com as nossas próprias terras e os nossos próprios recursos naturais. Vivemos, cariocas e fluminenses, num ambiente biológico e ecologicamente degradado como poucos outros no mapa pátrio. [...] Precisamos conhecer as vantagens e os prejuízos retirados de nossa ação sobre o nosso meio ambiente para ter condições de dialogar com os habitantes de outros estados e regiões (p. 10).

Depois de expor a história ambiental do território fluminense e seus parques nacionais, Drummond aponta caminhos para o desenvolvimento de uma educação ambiental operada por esses parques recomendando o desenvolvimento de pesquisas básicas, sugerindo indiretamente lacunas provenientes da falta de investimento público (p. 278). Ocorre que, nesse processo de conscientização ambiental, somente apontar caminhos é insuficiente se a comunidade não for efetivamente sensibilizada pelos argumentos, o que tende a ser dificultado pelo formato acadêmico de divulgação desse conhecimento histórico. Talvez, observando isso, Regina Horta Duarte se prontifica em *História e natureza* (2005), a explicar a abordagem ambiental à história fugindo dos esquemas acadêmicos, direcionando-se desde a apresentação ao público jovem, não necessariamente acadêmico, argumentando com o amparo da cultura *pop* e da assimilação com eventos históricos, num esforço que ainda pode se confundir com divulgação científica, igualmente nobre.

Diante do exposto, fica clara a necessidade de sistematização dessa junção, pelas suas potencialidades inexploradas, pela institucionalização da história, pelo papel social do historiador “[...] trazer para a luz o esquecido, o perdido, o exilado pelo tempo” (Arruda, 1995, p. 67). Ademais, não só o trazer, objetiva-se entender seus interesses passados, presentes e futuros, sua cultura, unindo-se ao sujeito na produção de sua história. Cabe ainda publicizar o

conhecimento utilizando as mídias digitais, como vem fazendo Regina Horta Duarte num programa de rádio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com seus episódios disponibilizados no YouTube pelo canal *As Quatro Estações*⁶ desde 2013, também pelo Spotify desde 2019 e realizando divulgação pelo Instagram a partir do mesmo ano, num ato não só de divulgação, mas também de conscientização histórica e ambiental.

Os trabalhos de História Ambiental, apesar de sua notável característica de interdisciplinaridade, se mostram, em sua maioria, fechados em suas temáticas descritivas e analíticas do meio natural e dos sujeitos nesse cenário, carecendo de dinamismo e paralelos com o presente histórico. Para isso, é fundamental se abrir à História Pública como meio de ação compartilhada e permitir o debate aberto com o uso da História Oral como ferramenta, tal qual sugerido por Fabíula Sevilha (2023), e com isso possibilitar o posicionamento, das esferas populares em tópicos importantes e atuais como as mudanças climáticas, o aumento da temperatura média global e dos níveis dos oceanos, assim como os desastres “naturais”, resultados da distribuição desigual dos benefícios e malefícios provenientes da exploração capitalista do mundo natural, que atingem em maior proporção as comunidades carentes (Acselrad *et al.*, 2012).

Configurar essa intersecção também significa a utilização aplicada da História Pública à História Ambiental, retomando seus compromissos políticos e morais na elaboração de políticas públicas sobre a preservação dos espaços (paisagens), em concordância com os sentidos atribuídos pela comunidade àquele espaço a ser preservado (Sevilha, 2023, p. 322). Também cabe atuação na delimitação e reconhecimento das fronteiras culturais, sociais e econômicas que a exploração capitalista do meio natural impôs às sociedades com o racismo e desigualdade ambiental, temáticas recentes na historiografia ambiental brasileira. Sob à perspectiva do presentismo histórico, pode-se propor “[...] outras possibilidades de modo de vida, de ações e posturas quanto aos mesmos acontecimentos, fatos ou problematizações” (Arruda & Colácios, 2019, p. 80). À

⁶ AS QUATRO ESTAÇÕES. As Quatro Estações Ufmg 2021_Regina Horta Duarte. YouTube, 27 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ABxJyRYCJQ0>. Acesso em: 6 ago. 2021.

História Oral cabe a viabilização desse processo. Parafraseando Fabíula Sevilha (2023, p. 327), a sustentabilidade se promove com o entendimento dos sentidos que as comunidades atribuem ao meio em que se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse artigo enfrentou dificuldades quanto a qualidade e quantidade do material disponível, parte disso por trabalharmos com fontes historiográficas recentes. Procuramos expor de maneira acessível em linguagem e conteúdo o tema da nossa pesquisa, completando-nos de artigos que exploravam os enlaces de História Pública e Oral, ricamente difundidos gratuitamente nos meios digitais em comparação com a História Ambiental, talvez pelo empenho democratizante, talvez pela popularidade do campo ou talvez pela incipiência dos historiadores ambientais nessa integração e ocupação dos espaços digitais. Com esse amparo, debatemos sobre a proposta de uma cada vez maior História Ambiental Pública.

Esse breve mapeamento nos ofereceu parcial visão das vigentes ligações (intencionais ou não) com a História Pública. Acreditamos que a maioria dessas ligações não são objetivadas, leia-se sistemáticas. Ainda que exista interesse por parte dos historiadores ambientais de fazerem seus trabalhos públicos, a maioria ainda não faz menção à História Pública nos seus trabalhos de História Ambiental por nós analisados, mas suas problemáticas estão imbuídas profundamente nestes. Também, parece haver salvo exceções como Sandro Dutra e Silva (2017), uma negociação da autoridade, em relação ao uso da História Oral.

Quanto à publicização da História Ambiental, o levantamento realizado por Pádua & Carvalho (2020) se dirige apenas a livros autorais e coletâneas, não fazendo menção a projetos fora dessa esfera. Aparentemente, não existem pesquisas relacionadas à difusão pública da História Ambiental nos meios digitais, uma lacuna a ser preenchida por uma pesquisa que também visibilizaria esses empenhos, como o podcast *As Quatro Estações* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a citada professora Regina Horta Duarte. A produção cultural que possa conscientizar histórico e ambientalmente os sujeitos

é pouco ou nada explorada pela pesquisa, à exemplo, a música *larinhas*, composta por Leda Cartum e Luiza Lian interpretada por essa última, conscientiza sobre a existência de uma rua com “nome de um rio que a cidade sufocou”, rua que diante das intemperes lembra ao povo “que o que era rua antes era vazão”⁷, referência ao rio Tietê de São Paulo.

O desencastelamento (Rovai, 2020) é fundamental para a integração das narrativas orais na história ambiental, isso exige criticidade aos discursos individuais históricos, não desconsiderando o uso que esses indivíduos dão ao passado, mas se necessário fazendo a defesa da ciência histórica por parte dos historiadores, não deliberando sobre o conhecimento histórico popular, mas publicizando os métodos analíticos para que o exercício histórico não seja reduzido ao historiador acadêmico, a pontos de vista ou a descrições intermináveis que visam uma inviável reconstrução idêntica e acrítica do passado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *et al.* Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: O que está em jogo na questão ambiental?. Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental. **e-cadernos CES**, n. 17, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1138>. Acesso em 6 ago. 2023.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. O que a história oral ensina à história pública?. *In*: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org..). **Que história pública queremos**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH: conhecimento histórico e diálogo social**. Natal: ANPUH, p. 1-10, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874921_28c0558a70f3bfff19db4e06ecf30156.pdf. Acesso em: 7 jan. 2024.

ARRUDA, Gilmar; COLÁCIOS, Roger. Considerações ético-políticas na História (Ambiental): escalas e o presentismo da devastação. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 9, n. 2, p. 64-94, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2019v9i2.p64-94>.

⁷ LIAN, Luiza. Luiza Lian – larinhas – #AzulModerno. YouTube, 27 set. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oFKwTpk9-vo>. Acesso em: 23 ago. 2023.

Acesso em: 6 jan. 2024.

ARRUDA, Gilmar. Para que serve o ensino de história?. **História & Ensino**, v. 1, 1995, p. 61-68. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12154/10671>. Acesso em: 7 jan. 2024.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. 1994. Disponível em: <https://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/1718>. Acesso em 7 jan. 2024.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a formação de Ceres-GO-Brasil. **Élisée, Rev. Geo. UEG**, Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/A_CANG.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

DE CERTEAU, Michel. **La toma de la palabra y otros escritos políticos**. Universidad Iberoamericana, 1995.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 1997. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15173>. Acesso em: 5 ago. 2023.

DUARTE, Regina Horta. **História e natureza**. São Paulo: Autêntica. 2005

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única: ou de A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. Letra e Voz, 2016.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da colônia ijuhy**. Ijuí: Unijuí. 2009. Disponível em: <https://www.gerhardt.pro.br/doc/2009-ijuhy.pdf>. Acesso em 31 jul. 2023.

MAHL, Marcelo Lapuente; MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental: entre o passado e o futuro. **Nova Revista Amazônica**, v 9, n. 3, p. 105-116. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/11721>. Acesso em: 7 jan. 2024.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte: problemas e métodos**. 2011. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/3264>. Acesso em 31 jul. 2023.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. Letra e Voz, 2016.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense

(1982-2017). **Historia Crítica**, n. 68, p. 27-45, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/histcrit/2087>. Acesso em: 7 jan. 2024.

DE MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, 1992. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, p. 9-23, 1992, p. 22. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23>. Acesso em: 7 jan. 2024.

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.4, out./dez. 2020, p.1311-1340. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000500015>. Acesso: 1 ago. 2023.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. *In*: REIS, Tiago Siqueira (org.). *et al.* **Coleção história do tempo presente: Volume II**. Roraima, UFRR, 2020. p. 131-153. Disponível em: <https://observatoriogeohistoria.net.br/colecao-historia-do-tempo-presente-volume-ii/>. Acesso: 1 ago. 2023.

SEVILHA, Fabíula. História Ambiental e História Pública: perspectivas para (re) acender o diálogo no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 43, p. 311-331, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n93-15>. Acesso em: 06 jan. 2024.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. Letra e Voz, 2016.

SILVA, Sandro Dutra e. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2324>. Acesso em: 06 jan. 2024.

Recebido em 01/03/2024.

Aprovado para publicação em 31/07/2024.